

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2017, da Brasmotor S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

| Ativo | 2017 | | 2016 | |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.236 | 949 | 18 | 18 |
| Imposto a recuperar (Nota 8) | 1.967 | 1.608 | 762 | 901 |
| Dividendos a receber (Nota 4) | 34.614 | 34.614 | 762 | 301 |
| Outros ativos circulante | 266 | 157 | 63 | 33.464 |
| Total do ativo circulante | 5.469 | 37.328 | 1.937 | 151 |
| Não circulante | | | | |
| Imposto a recuperar (Nota 8) | 11.502 | 11.502 | 2.780 | 34.573 |
| Depósitos para recursos e outros (Nota 9) | 23.548 | 22.254 | 24.268 | 23.227 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7) | 2.406 | 2.974 | 24.268 | 23.227 |
| Partes relacionadas (Nota 5) | 19.749 | 20.541 | 593.531 | 577.400 |
| Outros ativos (Nota 6) | 2.072 | 2.072 | 328.235 | 468.232 |
| Investimentos (Nota 4) | 923.683 | 1.018.493 | 39.615 | 11.732 |
| Total do ativo não circulante | 982.960 | 1.077.836 | 961.381 | 1.057.364 |
| Total do ativo | 988.429 | 1.115.164 | 968.429 | 1.115.164 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto informação por ação expressa em reais)

| Saldo em 01 de janeiro de 2016 | Reservas de lucro | | | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Total |
|---|-------------------|----------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|------------------|
| | Capital social | Reserva legal | Retenção de lucros | | | |
| Varição cambial de investidas no exterior | 577.400 | 115.480 | 253.483 | - | 94.732 | 1.041.095 |
| Ajuste de avaliação patrimonial da coligada | - | - | - | - | (94.348) | (94.348) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 132.362 | 11.348 | 132.362 |
| Dividendos propostos: | - | - | - | - | - | - |
| Ativos ordinários (R\$0,10842 por ação) | - | - | - | - | (10.691) | (10.691) |
| Ativos preferenciais (R\$0,11926 por ação) | - | - | - | - | (22.402) | (22.402) |
| Retenção de lucros | - | - | 99.269 | (99.269) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 577.400 | 115.480 | 352.752 | - | 11.732 | 1.057.364 |
| Varição cambial de investidas no exterior | - | - | - | - | 17.242 | 17.242 |
| Ajuste de avaliação patrimonial da coligada | - | - | - | - | 10.641 | 10.641 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 192.117 | 192.117 | 192.117 |
| Dividendos intermediários: | - | - | - | - | - | - |
| Ativos ordinários (R\$0,56249 por ação) | - | - | - | - | (55.465) | (55.465) |
| Ativos preferenciais (R\$1,61873 por ação) | - | - | - | - | (116.221) | (116.221) |
| Ativos ordinários (R\$0,47278 por ação) | - | - | - | - | (46.619) | (46.619) |
| Ativos preferenciais (R\$0,52006 por ação) | - | - | - | - | (97.678) | (97.678) |
| Aumento de Capital | 16.131 | - | - | - | 16.131 | 16.131 |
| Recompra de ações próprias | - | - | - | - | (16.131) | (16.131) |
| Retenção de lucros | - | - | 175.986 | (175.986) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 593.531 | 115.480 | 212.755 | - | 39.615 | 961.381 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Brasmotor S.A. (doravante denominada Companhia ou Brasmotor) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, e tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras empresas. Em 08 de dezembro de 2016 foi realizado na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), o leilão da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, visando ao cancelamento do seu registro de companhia aberta, tendo em vista que o número de ações de titularidade dos acionistas que aceitaram vender suas ações na OPA ou concordaram expressamente com o cancelamento do registro da Companhia foi superior a 2/3 do total de ações de emissão da Brasmotor em circulação, a Oferta, Whirlpool do Brasil Ltda., prosseguiu com a OPA obrigatória para fechamento de capital, adquirindo as ações de emissão da Companhia no Leilão. Em função do resultado acima exposto, e da aprovação do cancelamento do registro de companhia aberta da Brasmotor pelo CVM em 22 de dezembro de 2016, a Companhia passou a ser de capital fechado e as ações de sua emissão não mais serão negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2018.

2. Políticas contábeis – As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação, utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.1. Investimentos: Os investimentos em empresas coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. A Administração da Companhia e de sua principal coligada é a mesma. A participação percentual detida na data do balanço é como segue:

| Participação no capital social (%) | 2017 | | 2016 | |
|--|--------|----------|--------|----------|
| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Whirlpool S.A. | 44,14 | 49,38 | - | - |
| BUO Comércio de Eletrodomésticos Ltda. | 0,57 | 44,14 | 0,57 | 44,14 |
| Planhold S.A. | 17,49 | - | 17,49 | - |

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Não existem ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as coligadas. As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas coligadas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução do valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante nas demonstrações dos resultados. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.3. Impostos: Imposto de renda e contribuição social correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as diferenças tributárias contábeis e o valor contábil do imposto diferido. Essas diferenças são decorrentes de diferenças tributárias temporárias, exceto: • quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias dedutíveis relacionadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil do imposto diferido é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto vigentes na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contábil ou passivo fiscal e os impostos diferidos estejam relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. 2.4. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e o montante da provisão possa ser estimado. Quando essas ações são, subsequentemente, reestimadas, a demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para demandas judiciais e administrativas: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como novo prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.5. Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações de capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou resgatadas. Quando essas ações são, subsequentemente, resgatadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia, somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento as normas contábeis. c) Lucro por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações – calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2017 e 2016 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de detectar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Pelas análises e julgamento efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para recuperação de ativos. 2.7. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda. Ativos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica caixa e equivalentes de caixa e outros ativos nessa categoria. b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria. c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica os mútuos com partes relacionadas e outros créditos nessa categoria. d) Disponíveis para venda: ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.7.a a 2.7.c. acima, sendo que na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e

a avaliação ao valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for classificado, sendo reclassificados para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria. Passivos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria. b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. 2.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017: As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.9. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2017: Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

| Norma | Vigência | Principais pontos introduzidos pela Norma | Impactos da adoção |
|----------------------------------|-----------------------|--|---|
| IFRS 9: Instrumentos Financeiros | 1º de janeiro de 2018 | A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. | A IFRS 9 não deverá trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da companhia. |

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários em todo o mundo e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições existentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tática, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos. Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas contábeis. Quando o valor justo de instrumentos financeiros não deve ser reconhecido o saldo de pagamentos apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de variação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. 4. Participações em sociedades coligadas 4.1. Movimentação dos investimentos

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|--------------|
| Whirlpool S.A. | 1.014.012 | 4.481 |
| Outros | 17.883 | 18 |
| Total | 1.031.895 | 4.499 |
| Ajustes de avaliação patrimonial em controladas | 27.488 | 18 |
| Equivalência patrimonial | 193.478 | (1.797) |
| Dividendos recebidos e propostos | (313.693) | (709) |
| No fim do exercício | 921.776 | 1.913 |

4.2. Nossa participação: Quantidade de ações possuídas e participação no capital social da Whirlpool S.A.:

| Participação | Whirlpool S.A. em 31.12.2017 | | | |
|--------------|------------------------------|---------------|-------|-----------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Votante |
| 454.958.734 | 212.116.767 | 44,39 | 44,23 | 6.008.907 |
| | | | | 3.770.329 |
| | | | | 2.238.578 |
| | | | | 6.683.823 |
| | | | | 435.859 |

4.3. Conciliação do Investimento: Para fins de equivalência patrimonial, não devemos demonstrar o saldo de pagamentos baseados em ações reconhecidas no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A. A conciliação do investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|----------------|------------------|
| Patrimônio líquido | 2.238.578 | 2.409.961 |
| Saldo pagamento baseado em ações | (162.015) | (125.636) |
| Patrimônio líquido ajustado | 2.076.563 | 2.284.325 |
| % de participação | 44,39% | 44,39% |
| Investimento na coligada | 921.786 | 1.014.012 |

5. Partes relacionadas – A Brasmotor S.A. é controlada pela Whirlpool do Brasil Ltda., a qual participa em seu capital em 82,29%. Indiretamente, a Brasmotor S.A. tem como sua investidora, a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América. A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações financeiras com suas partes relacionadas. As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha; e iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração. O mútuo com a Whirlpool S.A. foi firmado tendo como pressuposto a existência de uma rentabilidade atrativa para a Brasmotor S.A. e com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção da Companhia. As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas, seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Brasmotor S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

| | Ativo | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|------|
| Coligada Whirlpool S.A. | 19.749 | 20.541 | |
| Coligada Whirlpool S.A. | 19.749 | 20.541 | |
| Total ativo não circulante | 39.498 | 41.082 | |

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Coligada Whirlpool S.A. | 762 | 901 |
| Coligada Whirlpool S.A. | 762 | 901 |
| Total passivo circulante | 1.524 | 1.802 |

| | Mútuo | 2017 | 2016 | | |
|-------------------------------|-------|----------|----------|--------|--------|
| Ativo Coligada Whirlpool S.A. | Taxas | 102% CDI | 19.749 | 20.541 | |
| Coligada Whirlpool S.A. | | | 102% CDI | 19.749 | 20.541 |

O mútuo com a Whirlpool S.A. possui cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Coligada Whirlpool S.A. Receita de juros 2.063 2.635 Por não haver colaboradores ou pessoal-chave registrados na Companhia, não há divulgação da respectiva remuneração, conforme requerido pelo CPC 05 (R1).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para plane-

| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto informação por ação expressa em reais) | | |
|---|----------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Resultado de equivalência patrimonial (Nota 4) | 191.681 | 138.833 |
| (Despesas) receitas operacionais | - | - |
| Despesas administrativas | (678) | (884) |
| Outras despesas e receitas operacionais, líquidas | 323 | (11.899) |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | 191.326 | 126.060 |
| Receitas financeiras (Nota 11) | 3.449 | 4.446 |
| Despesas financeiras | (2.227) | (1.029) |
| Lucro antes dos impostos | 192.548 | 129.477 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 7) | (1) | (330) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7) | (430) | 3.215 |
| Lucro líquido do exercício | 192.117 | 132.362 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto informação por ação expressa em reais) | | |
|---|---------------|-----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Lucro líquido do exercício | 192.117 | 132.362 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas | 10.641 | 11.348 |
| Ajuste de conversão reflexo em coligadas | 17.242 | (94.348) |
| Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de imposto de renda e de contribuição social | 27.883 | (83.000) |
| Total de resultados | | |